

S. Teotónio e a cultura no século XII



S. Teotónio. Sec. XVII. Madeira policromada.

Cabido da Catedral de Viseu. (Foto de José Alfredo).

1 - Introdução

Com esta sessão, o Arciprestado de Monção encerra o 25.º aniversário das *Jornadas Teotonianas*, que, anualmente, constituíram um acontecimento cultural, nestas paragens do Alto Minho, cuja dimensão pastoral não se pode olvidar, sendo, por isso, da mais elementar justiça uma palavra de louvor ao seu coordenador, Mons. Avelino Felgueiras Marques, e aos seus colaboradores.

No centro destas celebrações, esteve sempre e continua a figura de S. Teotónio, natural de Tardinhade - Ganfei, do vizinho concelho de Valença, aqui, especialmente, evocado como patrono do antigo Colégio e, depois, primeiro Seminário diocesano, mas, sobretudo, como padroeiro secundário da diocese de Viana do Castelo. A propósito, note-se que estas *Jornadas Teotonianas* ocorreram na sequência da dupla e sucessiva comemoração dos 850 anos da morte (2012) e da canonização (2013) de S. Teotónio, que muito terão contribuído para a difusão e afirmação do seu culto nos nossos dias.

Ao longo desses vinte e quatro anos foram abordados temas do maior interesse para a sociedade do nosso tempo, como a família, dimensões importantes da economia e outros que seria fastidioso enumerar, tendo as que agora terminam sido dedicadas à análise de importantes aspectos da Cultura, pretendendo-se que, nesta última intervenção, nos concentremos no tema *S. Teotónio e a cultura no século XII*, tema que, não sendo inédito, não costuma ser frequente fora dos meios académicos. Centraremos, por isso, a nossa atenção na vida e personalidade deste Santo, oriundo do Alto Minho e no que ele e a comunidade a que presidiu fizeram pela cultura no século XII, em Santa Cruz de Coimbra, lançando, ao mesmo tempo, as bases do desenvolvimento de outros pólos de cultura através do Reino.

Após as exposições precedentes dedicadas, respectivamente, aos fundamentos teológicos da cultura e às relações entre a Igreja e a cultura, prescindimos de considerações sobre as múltiplas acepções em que o conceito de Cultura se pode tomar, cumprindo-nos fixar a nossa atenção na vida de S. Teotónio, primeiro Prior de Santa Cruz de Coimbra, e em alguns aspectos mais expressivos da cultura do século XII.

O âmbito cronológico estabelecido, ultrapassa, largamente, a vida do Santo que aqui nos reúne, obrigando-nos a ter presente que, para além da sua intervenção directa nos domínios culturais do quotidiano, o seu nome polariza também, de alguma forma e numa dimensão mais erudita, a extraordinária acção cultural da comunidade, que ajudou a fundar e a que presidiu, durante duas décadas, e em que viveu trinta anos, como no momento oportuno se demonstrará.

Para atingirmos este duplo objectivo, impõe-se conhecer a sua vida e os principais contextos, em que ela decorreu, profundamente interligados, que poderíamos tratar, de forma autónoma, nos seguintes pontos:

- Síntese biográfica
- A Reconquista no ocidente peninsular
- As suas repercussões nas estruturas diocesanas
- E, naturalmente, o contexto sócio-religioso, com especial incidência nas novas Ordens,

implantadas no Condado Portucalense, nos finais do século XI e durante a centúria seguinte.

Seria relativamente fácil seguir este esquema, até porque se trata de temas abordados noutras ocasiões e sobre os quais temos escrito, mas talvez não fosse cómodo para todos situar a figura de S. Teotónio nestas áreas, dada a profusão de informações que seria indispensável aduzir,

Optámos, por isso, por uma metodologia diferente, que, sem esquecermos o conteúdo das referidas alíneas, nos permite a elas recorreremos, sempre que a compreensão da vida de S. Teotónio o exija, a fim de melhor o integrarmos na realidade sócio-religiosa e no contexto político, do seu tempo.

2 – Síntese biográfica

Para atingirmos a relação de S. Teotónio – nome de raiz grega, que, segundo o seu biógrafo, quer dizer *divino*¹ – com a cultura do século XII, sobretudo a partir de Santa Cruz de Coimbra, deveremos acompanhar o seu

¹ NASCIMENTO, Aires Augusto, *Vida de São Teotónio*. Edição bilingue, com estudo introdutório, Lisboa, Edições Colibri, 2013, pp. 86-87: - « *grece Teotoniuss, quod latine divinus resonat, vocaretur* ».

percurso humano, verdadeiramente enriquecido com larga experiência de vida, desde a juventude, que percorreremos em duas fases: a primeira, até ao ingresso em Santa Cruz de Coimbra, em 1132, e a segunda, correspondente à sua vida monástica, até à morte, em 1162.

2.1 – Até à profissão monástica

– Filho de D. Oveco Mogueimes e de sua esposa Eugénia², nascido em Tardinhade – Ganfei, Valença, em 1082, mercê da intervenção do tio, D. Crescónio, abade do mosteiro beneditino de S. Bartolomeu de Tui, que se interessou pela sua educação, aí terá aprendido as primeiras letras. Quando em 1092, D. Crescónio, seu tio e protector, foi sagrado bispo da diocese de Coimbra, ainda marcada pelo moçarabismo, patente na sua liturgia, resistente à introdução do rito romano, que os monges beneditinos, incondicionais difusores da *reforma gregoriana*, tanto promoviam, para lá o acompanhou, tendo sido confiado aos cuidados de D. Telo, responsável pela escola capitular, fundada pelo bispo D. Paterno. Teria, então, dez³ ou entre dez e quinze⁴ anos e aí permaneceu até à morte D. Crescónio, em 1098, ano em que foi enviado para a cidade de Viseu, a fim de prosseguir a sua formação, contando, agora, entre os dezasseis e os vinte anos, segundo as cronologias mais seguras⁵. Em Viseu, Teotónio concluiu a sua formação cultural, optou pela vida eclesiástica e percorreu os diversos graus das ordens, em datas que o seu biógrafo omitiu, sabendo-se, no entanto, que em 1109, já era sacerdote.

As qualidades de prudência, zelo pastoral e fiel observância das normas e costumes eclesiásticos, geralmente reconhecidas, levaram o bispo de Coimbra, D. Maurício – pouco depois elevado a arcebispo de Braga –, a acolher o pedido que de Viseu lhe chegava no sentido de nomear o presbítero Teotónio, prior da Sé e do Cabido e governador do bispado, o que, efectivamente, aconteceu. Do modo eficaz e acolhedor como exercia estas funções deu testemunho o seu biógrafo, que, simultaneamente, acentua a sua preferência pela vida contemplativa, sem com isso comprometer a missão de que estava incumbido. Nestas circunstâncias, não é de estranhar que, ao ser-lhe possível, procurasse libertar-se de tanta

² IDEM, *O. c.*, p. 18.

³ IDEM, *O. c.*, p. 28 – seguindo D. Joaquim da Encarnação, que publica a genealogia.

⁴ IDEM, *O. c.*, pp. 28-29: segundo D. Thimóteo dos Mártires, *Vida do bemaventurado padre S. Theotónio*, Coimbra, 1650, p. 3.

⁵ IDEM, *O. c.*, p. 31

responsabilidade, o que só viria a acontecer em 1121, sob o pretexto de ir em peregrinação à Terra Santa. Nesse sentido, convenceu o seu companheiro e colaborador Odório a substituí-lo durante a sua ausência em peregrinação, para ele transferindo a plenitude dos seus poderes de governador, que, em 1 de Fevereiro de 1121⁶, já exercia, documentando-se também, em Abril de 1122⁷.

Face ao exposto, é possível que esteja a florar no espírito dos presentes a pergunta:

2. 1. 1. – Por que motivo presidia Teotónio ao governo desta diocese, não sendo bispo?

A resposta implica a recordação das vicissitudes da Reconquista cristã do ocidente peninsular, a sul do rio Douro – até onde a tinha levado Vímara Peres, em 868 –, continuando o vasto território de entre Douro e Mondego marcados pela insegurança e perturbação decorrente das incursões dos exércitos cristãos, na tentativa de obrigar os árabes a recuarem para sul, e das algaradas árabes, no intuito de recuperarem o espaço perdido, até que, em 1064 – quase dois séculos depois –, Fernando Magno assegurou, definitivamente, o domínio dos reis leoneses sobre toda esta vasta região, que na prática, era periférica dentro do reino de Leão.

As antigas dioceses e a vida paroquial e religiosa, outrora florescentes, tinham ficado completamente desorganizadas desde a invasão árabe, dos princípios do século VIII, sabendo-se que os árabes chegaram a Braga e por eles foi devastada, em 713 ou 716. Apesar da reconquista de *Portucale*, em 868⁸, e de Coimbra, em 1064, e da segurança que passou a haver, a restauração da diocese de Braga só ocorreu, em 1071⁹, e a de Coimbra, em 1080¹⁰, sabendo-se que esta decisão de restauração se estendia também às dioceses de Lamego e Viseu.

⁶ *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, p. 70 (doc. n.º 56): - *Ego regina dona Tarasia magni Ildeffonsis regis filia vobis Odoario Viseensi priori...*».

⁷ VENTURA, Leontina – MATOS, João da Cunha, *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*, Coimbra, 2010, p. 89: - «*vobis dominus Odorius prior et a canonicis Sancte Marie ... roboravimus*».

⁸ SOARES, Torquato de Sousa, *A Presúria de Portucale (Porto) em 868. Seu significado nacional*. Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais, de 18 a 23 de Junho de 1968. Porto, Câmara Municipal, 1967, 15 p.

⁹ COSTA, P. Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*, 2.^a edição, vol. I, Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997, pp. 219-223. Nesta edição, corrigida e muito aumentada, o Autor, devidamente fundamentado, alterou, definitivamente, a data da restauração da diocese de Braga de 1070 para **1071**.

¹⁰ MORUJÃO, Maria do Rosário, *A Sé de Coimbra. A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010, pp. 31-50.

O esforço inerente à concretização destas restaurações seria enorme. Quando se procedeu à restauração das dioceses de Coimbra, Lamego e Viseu, em Braga, o processo de reorganização da vida diocesana já estava em bom andamento, mercê da acção desenvolvida pelo infatigável bispo D. Pedro e do entusiasmo da população em torno da construção da nova Sé, como bem documentam as numerosas doações registadas no célebre *Liber Fidei*¹¹, que hoje bem conhecemos.

Em Coimbra e nas duas outras dioceses beirãs, a situação era bastante diferente, não só devido à escassez demográfica e à falta de recursos materiais, acrescentando para Coimbra as dificuldades inerentes à resistência do moçarabismo, cuja tradição viria a ser alimentada e desenvolvida pela acção pastoral de D. Paterno, anteriormente bispo de Tolosa, transferido para Coimbra, a pedido do governador moçárabe, Sisnando, passando a ser o seu primeiro bispo, após a restauração, desde 1082, até à sua morte, em 1088. As marcas da resistência moçárabe continuaram, tendo provocado a vacância da Sé, durante quatro anos, e só foram esmorecendo, mercê da acção desenvolvida pelo bispo D. Crescónio, a partir da sua tomada, em 1092.

A situação nas Beiras era tão difícil que nem sequer se levantou a hipótese da restauração da diocese de Idanha (*Egitânia*), que só viria a ter lugar, nos princípios do século XIII, com o nome de Guarda. Lamego e Viseu também não reuniam condições para terem vida diocesana autónoma, tendo ficado administrativamente dependentes de Coimbra, que, por sua vez, beneficiaria do reduzido apoio material, que elas lhe proporcionassem. Esta situação continuou durante várias décadas, inclusive, para além de restauração da diocese de Porto, em 1112¹², cujos meios materiais também eram bastante escassos, situação que, em 12 de Abril de 1116¹³, o Papa Pascoal II, pela bula *Apostolice Sedis*, procurou minorar, anexando-lhe a diocese de Lamego, para o efeito desanexada da de Coimbra.

Viseu continuou na dependência de Coimbra, administrada pelo presbítero Teotónio até 1121, ano em que delegou as suas funções no colaborador Odório ou Honório, a fim de iniciar a desejada peregrinação à Terra Santa, vindo a propósito esclarecer que as dioceses de Lamego e de Viseu só, em 1147,

¹¹ *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição crítica pelo P.º Avelino de Jesus da Costa, 3 vols., Braga, Junta Distrital, 1965, 1978, 1990, respectivamente.

¹² AZEVEDO, Carlos Moreira, "PORTO, Diocese do", in *Dicionário de História Religiosa*, vol. P-V-Apêndices, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 7.

¹³ SOALHEIRO, João, "LAMEGO, Diocese de", in *Dicionário de História Religiosa*, vol. P-V-Apêndices, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p.421.

passariam a ter autonomia administrativa e a dispor de bispos próprios, tendo sido eleitos: Mendo para Lamego e Odório para Viseu¹⁴.

Creemos ter esclarecido os condicionalismos históricos que possibilitaram a elevação do P.^o Teotónio a prior do Cabido e governador da diocese de Viseu. Neste momento, poderemos observar também que o esforço de coesão diocesana por ele desenvolvido acabaria por despertar e consolidar a convicção dos seus antigos súbditos sobre as vantagens inerentes à presença de um prelado diocesano, autónomo de Coimbra, sentimento regional, que o seu substituto acabou por acolher, a ponto de o clero e o povo, sem qualquer autorização superior, o elegerem bispo de Viseu. Quando, porém, a notícia chegou a Coimbra, o bispo D. Gonçalo considerou a eleição nula e obrigou os clérigos eleitores a retractarem-se e a prestarem-lhe obediência, continuando a diocese de Viseu na situação canónica de dependência de Viseu, em que permaneceria, até 1147.

Por fim, o prior Odório que já tinha passado pela humilhação motivada pelo fracasso da frustrada eleição anterior, acabou por ser designado bispo de Viseu, com grande satisfação de D. Teotónio – havia quinze anos, primeiro prior de Santa Cruz –, que bem conhecia os lamentáveis acontecimentos da primeira eleição.

Sem pretendermos quebrar a linha de exposição que vimos seguindo, impõe-se introduzir aqui um breve parêntesis para observar que, a par destas vicissitudes eclesiásticas, tinha decorrido e estava em curso a *reforma gregoriana*, que se desenvolvia de acordo com os princípios estabelecidos pelo Papa Gregório VII – eleito em 1073 –, no célebre *Dictatus Papae*¹⁵, de que passamos a indicar algumas das suas linhas fundamentais decisivas, destinadas à erradicação de práticas erróneas e subversivas da vida da Igreja, que subsistiam como sequelas do lamentável *século de ferro*¹⁶, que tanto a prejudicou, e dariam origem à igualmente célebre e não menos nociva *questão das investiduras*¹⁷.

Em síntese e a título de exemplos, podemos formular alguns, nos seguintes pontos, respeitando os números da sua ordem sequencial:

- 1.º – A Igreja romana foi fundada pelo único Senhor.
- 2.º – Só o pontífice romano pode ser chamado universal.

¹⁴ OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 3.ª edição, Lisboa, União Gráfica, 1958, pp. 441 e 446, respectivamente.

¹⁵ *Histoire de l'Église depuis les origines jusqu' a nos jours*, sous la direction de Augustin Fliche et Victor Martin, vol. 8, Paris, Bloud et Gay, 1950, p. 58-62. Na edição de 1946, pp.79-80.

¹⁶ LLORCA, P. Bernardino, *Manuel de História Eclesiástica*, Barcelona – Madrid, 1955, pp. 262 – 266.

¹⁷ LLORCA, P. Bernardino, *O. c.*, pp.300 - 307.

3.º – Só ele pode depor e absolver os bispos.

4.º – O seu legado, num concílio, preside a todos os bispos, mesmo que ele seja de categoria inferior, e só ele pode proferir uma sentença de deposição.

9.º – O papa é o único homem a quem todos os príncipes beijam os pés.

12.º – O papa pode depor os imperadores.

16.º – Nenhum concílio pode ser considerado universal sem a sua autorização.

18.º – Uma sentença do papa só pode ser revista por ele.

27.º – O papa pode dispensar os súbditos do juramento de fidelidade feito aos injustos¹⁸.

Estes princípios destinavam-se a libertar o papado do domínio do imperador e os bispos da tirania dos reis e das famílias nobres e serviu de fio condutor das posições pontifícias durante a célebre e longa *questão das investiduras* (107-1122)¹⁹, com os imperadores Henrique IV e Henrique V, durante a qual o primeiro se viu obrigado a ir penitenciar-se a Canossa, onde estava o Papa Gregório VII, nos dias 25 a 28 de Janeiro de 1077, para evitar a sua deposição²⁰.

A par destes princípios, determinantes na libertação da Igreja – especialmente o Papa e os bispos – da opressão exercida pelo poder político: imperador, reis e nobres –, havia medidas concretas para a renovação da vida espiritual de clérigos e leigos, pois era aqui que a reforma, na prática, se deveria fazer sentir. Era um trabalho imenso, cujos efeitos se haveriam de fazer sentir, lentamente, mas de forma eficaz.

Neste processo, a difusão da liturgia romana assumia grande importância como factor de união dos fiéis ao romano pontífice. A sua implantação assumia, por isso, uma importância decisiva no ocidente peninsular, onde, além de a liturgia hispânica representar um obstáculo difícil de ultrapassar, em Coimbra, a

¹⁸ Resumidos do *Dictatus Papae*, e aqui reproduzidos de MARQUES, José, *A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio*, separata da «Revista da Faculdade de Letras. História», II Série, Vol. VII, Porto, 15-16.

¹⁹ *Histoire de l'Église depuis les origines jusqu' a nos jours*, sous la direction de Augustin Fliche et Victor Martin, vol. 8, Paris, Bloud et Gay, 1950, p. 58-62. Na ed.de 1946, a concordata de Worms, p. 387. Este longo conflito terminou pela concordata de Worms, de 23 de Setembro de 1122, pela qual o imperador abdicava da pretensão de proceder à investidura episcopal pela entrega do anel e do báculo e de conceder a eleição canónica, sendo-lhe reconhecida a faculdade de proceder à concessão das regalias materiais pela entrega do ceptro. O assunto é também tratado em LLORCA, *O.c.*, pp. 307-307, onde há divergência de data.

²⁰ LLORCA, *O.c.*, p. 302.

situação era mais grave, mercê da liturgia moçárabe que o bispo Paterno tinha desenvolvido, tendo-se convertido, inclusive, num factor de oposição à resolução do problema da vacância de Sé, aberta pela sua morte, em 1088, que só viria a terminar, quatro anos mais tarde, com a chegada de D. Crescónio, em 1092, como acima dissemos.

2. 1. 2. – As peregrinações

A par deste movimento, desenvolvido no contexto da reforma gregoriana e dos princípios enunciados, que constituíram os fundamentos da teocracia pontifícia, que se desenvolveu até aos princípios do século XIV, intensificou-se o movimento das peregrinações à Terra Santa.

Prestados estes esclarecimentos, retomemos a biografia de S. Teotónio, que suspendemos no momento de iniciar a concretização do propósito de ir à Terra Santa.

Pouco sabemos do modo como decorreu esta primeira peregrinação (1121), de que o seu biógrafo registou escassas referências²¹, sabendo-se, contudo, que regressou decidido a partir de novo, para a terra santificada pela vida, paixão e morte de Cristo Redentor, logo que as circunstâncias lho permitissem. Foi, por isso, que, após o regresso da Terra Santa, se escusou a retomar as funções de que tinha abdicado, antes de iniciar a primeira peregrinação, tanto mais que, no seu espírito, a referida transferência de poderes para Odório, correspondia a uma verdadeira renúncia às funções de prior da Sé e de governador da diocese de Viseu.

Conhecedor directo, isto é, por experiência própria, do movimento de peregrinações aos Lugares Santos da Palestina, desencadeado após a sua libertação, na sequência da conquista de Jerusalém pela primeira Cruzada do Oriente, em 15 de Julho de 1099, foi preparando nova peregrinação, que desejava e conseguiu iniciar acompanhado de numerosos peregrinos, pormenor que o seu biógrafo teve oportunidade de registar nestes termos: - *«saiu da sua terra com não pequena multidão de peregrinos e tomou o há muito desejado caminho de Jerusalém pela segunda vez»*²².

²¹NASCIMENTO, A. A., *Vida de São Teotónio*, Lisboa, 2013, p. 97-99: -«Efectivamente, partindo para Jerusalém, combinou entregar o priorado ao presbítero Honório, seu companheiro. Por outra parte, ao regressar, não quis mais voltar a recebê-lo, embora fosse instado pelos rogos de todos e pela insistência do próprio Honório». Note-se que os autores oscilam na designação do nome: Odório e Honório.

²² IDEM, *O. c.*, p. 107.

Não se conhece a data desta segunda peregrinação, até porque o biógrafo só começou a redigir a vida do Santo, depois da sua morte, mas tendo como ponto de referência que a sua entrada na nova comunidade dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho ocorreu, em 24 de Novembro de 1132, após o seu regresso, poderemos admitir que se terá iniciado em 1130.

Acerca desta peregrinação, o mesmo autor proporciona-nos um vasto leque de informações, de que apresentamos apenas uma breve síntese. Quanto ao itinerário, ficamos a saber que após dez semanas de viagem, chegou com os peregrinos que o acompanhavam ao Porto de S. Nicolau, isto é a Bari, na Itália, onde permaneceram seis semanas por falta de vento que lhes permitisse continuar. Reiniciada a viagem, ao passar ao largo do Cabo Mália, isto é, do promontório de Matapão (*Matapas* ou *Tainaron*)²³, o barco foi assaltado por uma violenta tempestade que a todos pôs em perigo de vida, sendo o terror em que se encontravam agravado pela visão «*de um animal monstruoso e muito extremamente terrífico, tão assustador que a nenhum outro animal se poderia comparar e que, segundo o santo nos referia, parecia ter uns olhos como se fossem tochas de fogo a arder. Uns diziam que era um dragão, outros que era um monstro, outros que era o demónio*»²⁴.

A gravidade da situação era de tal ordem que tinham perdido toda a esperança de salvação.

No meio de tão grande aflição e vendo a angústia dos seus companheiros, por ele estimulados a fazerem esta peregrinação, convicto de que tinham chegado ao transe final, de joelhos, braços abertos e a chorar, D. Teotónio dirigiu a Deus esta oração:- «*Senhor, Senhor Jesus Cristo, filho de Deus vivo, filho de Santa Maria, tu que com o Pai e o Espírito Santo és um só Deus em suprema trindade e verdadeira unidade, socorre-nos, pois que estamos colocados em perigo extremo, a fim de que, libertos das fúrias das ondas do mar, mereçamos ver o glorioso sepulcro da tua santa ressurreição, pois para o venerarmos e oscularmos viemos dos confins do mundo, e para darmos graças pela libertação de ti*»²⁵. A oração foi agradável a Deus e a procela começou a amainar, passando todos, de imediato, a louvar e a agradecer a Deus misericordioso que os tinha libertado daquele perigo de morte, «cantando solenemente o *Gloria in excelsis Deo*»²⁶.

²³ Cabo Mália ou Málea é o cabo ou promontório de Matapão (*Matapas* ou *Tainaron*), na extremidade meridional da Grécia.

²⁴ IDEM, *O. c.*, p. 111.

²⁵ IDEM, *ibidem*.

²⁶ IDEM, *O. c.*, p. 113.

Trata-se de uma bela descrição da violenta tempestade, que o biógrafo anónimo aproveitou para realçar a virtude e o poder intercessor de D. Teotónio, junto de Deus.

De Mália, o barco rumou para a cidade e o porto de Jáfa. Daqui – acrescenta – *«por sinuosidades muito longas de caminhos deu a volta ao sepulcro do mártir S. Jorge, até chegar a Nazaré onde se criou o Senhor, o Salvador»*²⁷.

A descrição do itinerário desta peregrinação dentro da Palestina, que nos permite evocar a peregrinação de Etéria ou Egéria – de Braga ou, pelo menos do *Conventus Bracaraugustanus*, que, em 16 de Dezembro de 383²⁸, se encontrava no Monte Sinai – prosseguiu, proporcionando motivos para abundantes comentários. Por uma questão de brevidade e porque consideramos que o itinerário desta peregrinação pelos Lugares Santos ligados à vida e Paixão do Senhor Jesus Cristo, não terá sido suficientemente divulgado, transcrevemos boa parte da sua tradução, feita a partir da edição latina, retomando-a, na cidade de Nazaré, onde tinha chegado:

- *«Daí (Nazaré) saiu pelo caminho que leva ao Tabor em que o Senhor, o Salvador se transfigurou; subindo até ao cume, fixava o mais diligentemente que podia o olhar nos mais diversos lugares que o Senhor santificara nas suas caminhadas. Depois, descendo sem demorar, tomou o caminho da Samaria, visitou o sepulcro de S. João Baptista e o dos Doze Profetas, bem como o de Eliseu e o de Abdias. Estugando o passo, segue para o poço onde o Senhor descansou com fome e com sede e ficou saciado com a fé da mulher samaritana. Tendo adorado o Redentor do mundo em cada um dos lugares, sobe cheio de alegria a uma muito célebre colina em que se avista Jerusalém, há tanto tempo desejada. Os moradores chamam-lhe Monte do Gozo²⁹, pelo facto de aí os peregrinos serem tomados de inefável alegria por avistarem a cidade. Aqui, por sua vez, ajoelhado, quanto tenha exultado de satisfação, quantas graças tenha dado a Deus, deram-no a entender lágrimas misturadas com alegria.*

Com alegria entrou, pois, na Cidade Santa e decidiu depois de visitar primeiro a Cruz no Monte Calvário, onde o preço do mundo, Cristo, foi pesado na balança da cruz. Prostrado perante ela, de coração e corpo inteiro, prestou-lhe adoração como se estivesse a ver o Senhor aí pendente. Recordava a sentença de morte ou de maldição proferida contra si e contra todo o género

²⁷ IDEM, *O. c.*, p. 113.

²⁸ *Egéria – Peregrinações aos Lugares Santos do Médio Oriente (do ano 381 ao ano 385)*. Edição, introdução e versão anotada pelo Lic.º José Cardoso, Braga, APPCDM Distrital de Braga, 1999, p. 101.

humano por causa da desobediência do primeiro homem, mas também a clemência de propiciação e de piedade do Filho de Deus de quem havia lido, “que se tornara por nossa causa maldito para nos remir do maldito” e que naquele lugar sofrera os escarros, os insultos, os murros, as bofetadas, a coroa de espinhos, as chicotadas, a cruz, os cravos, o fel, o vinagre, e a morte.

Terminada a oração, e depondo aí a cruz que carregava. Como era hábito dos peregrinos, desceu um pouco à esquerda ao lugar do Gólgota, onde consta ter o sangue que corria do lado de Cristo partido em pedaços uma pedra duríssima. Seguidamente, a curto espaço, voltou-se para o sepulcro da Ressurreição e, ao avistar o próprio lugar do corpo em que o Senhor estivera depositado, como se estivesse com sede, lambeu com a boca as desejadas águas da fé. Ocorria-lhe à meditação a memória correspondente sobre o Senhor, o Salvador, a saber, como, depois de tanto sofrimento suportado, repousara naquele sepulcro, e em razão da sua descida aos infernos, pensava na inefável e imensa alegria dos infelizes a quem Cristo, depois de sujeitar o império da morte, retirara consigo dos infernos. Daí foi levado ao centro do mundo, isto é, ao lugar onde José de Arimateia depôs o corpo do Senhor quando o retirou da Cruz antes de o colocar no sepulcro, e aí orou com grande intensidade, lembrando o passo de David, “Deus, porém, que é o nosso rei antes dos tempos, operou a nossa salvação no centro da terra”. De seguida rumou um pouco à esquerda em direcção à verdadeira Cruz e ao avistar o tronco do lenho em que os membros do Senhor haviam sido pregados com cravos, de quantas lagrimas de quanta dor aí derramou é testemunha o próprio Senhor a quem orava. Finalmente chegou ao lugar onde Helena encontrou a verdadeira Cruz. Depois de ter orado pelos ditos lugares de oração, segundo a devoção o inspirava, aquele santo varão recolheu-se por último a uma hospedaria. E enquanto o seu espírito se deixava levar pelo dia inteiro e pela noite dentro pelas coisas que vira, adormeceu e repousou na paz de si mesmo.

No dia seguinte, porém, com quanta solicitude e ansiedade percorreu os lugares santos de Jerusalém, quem o poderá dizer? Efectivamente, depois de entrar pelo Templo do Senhor e depois de fazer oração, saiu pela porta chamada Especiosa e subiu a Sião, exclusivamente ao lugar da Ceia, onde o Senhor lavou os pés dos discípulos e disse “A paz esteja convosco” e bem assim apresentou o lado ao discípulo para que ele o apalpassse. Foi aí que também o Espírito Santo desceu sobre cento e vinte almas de crentes. Voltando pela Via Sacra, pela qual os apóstolos transportaram o corpo da Mãe de Deus, entrou na igreja de S. Pedro do cantar do galo e chegou ao sepulcro de Tiago, irmão do Senhor, desceu ao Vale de Josafat, orou junto ao sepulcro da Virgem Santa Maria e subindo daí passou ao oratório de Getsémani, onde o Senhor, ao sopé do Monte

Olivetete, rezou ao Pai. Daí prosseguiu até ao lugar do qual o Evangelista Lucas diz: “afastou-se, todavia, deles por uma distância correspondente a um arremesso de pedra”.

Por caminho a direito subiu ao cimo do mesmo Monte Olivete, de onde o Salvador subiu aos céus. Daí seguiu pela aldeia de Betfagé e pelo lugar em que o jumentinho sem ainda ter sido montado recebeu o freio do Senhor, desceu a Betânia até junto do sepulcro de Lázaro e à casa hospitaleira das suas irmãs.

Depois disso, continuou até Belém e entrando na grutazinha do Salvador, fez adoração de súplica no albergue sagrado da Virgem, onde Cristo nasceu, e de modo semelhante, como um animal asizado, o estábulo onde o boi conheceu o seu dono e o burro a manjedoura do seu senhor. Visitou aí também o lugar em que o desatinado Herodes assassinou as criancinhas por causa de Cristo.

Porque hei-de narrar com quanta devoção correu até junto das águas do jordão, manchadas com as infâmias do género humano e purificadas pelo baptismo de Cristo? Não deixou por visitar o lugar da Quaresma, onde o Salvador do mundo, tentado por Satanás, quis deixar entender, pelo seu retiro de quarenta dias, todo o tempo da nossa milícia, nós que nunca paramos de ser tentados. Daí seguiu pela fonte amaríssima que no seu tempo Eliseu tornou doce com o seu saber, atravessou Jericó, visitou junto do caminho o lugar dos cegos que, ao receberem a vista, prefiguraram os mistérios dos dois povos que acreditam no Senhor»³⁰.

O mesmo biógrafo não deixou de referir a passagem de Teotónio por Caná, Cafarnaum, Lago de Tiberíades, o lugar da multiplicação dos cinco pães e dois peixes, acentuando o elevado grau de devoção e interioridade com que orava em cada um destes locais, esclarecendo também a intensa relação de amizade que estabeleceu com os Cónegos Regulares do Santo Sepulcro, que *«de bom grado lhe dariam também vida em comum, se quisesse ficar com eles, e*

³⁰ NASCIMENTO, A. A., *Vida de São Teotónio*, Lisboa, Edições Colibri, 2013, pp.113-117.

A extensa passagem, que acabámos de transcrever, está também traduzida na *Vida de S. Teotónio*. Prefácio, tradução do Latim e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, Coimbra, Edição da Igreja de S.^{ta} Cruz, 1987, pp. 17-19, que utilizámos no estudo: “Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa”, publicado em *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, 2001, pp. 1145-115. Aqui, optámos pela mais recente.

Apesar de esta citação ser bastante extensa, não hesitámos apresentá-la aqui, facilitando, assim, o acesso dos leitores a este texto, pouco divulgado.

guarda do Sepulcro, coisa que sabiam ele desejar acima de qualquer outra tarefa»³¹.

Por fim, tendo-se despedido dos Lugares Santos, dos cónegos e dos colaboradores da comunidade guardião do Santo Sepulcro, regressou a Jafa, onde embarcou com destino à Hispânia. A primeira parte da viagem de regresso decorreu no meio de grandes dificuldades, tendo o navio sido arrastado pela violência dos ventos para a Grécia, donde o nosso peregrino prosseguiu com muito custo, viajando ora a pé, ora a cavalo, até chegar à terra donde partira.

Haverá, por certo, algum exagero, sob o ponto de vista histórico, e até certos laivos de maravilhoso na descrição da tormenta desencadeada por alturas do promontório do Mália, artifícios, aliás, característicos neste género literário, mas nem por isso poderemos deixar de lado a imagem que esta longa citação nos transmite do que era e como se processava a peregrinação aos Lugares Santos da Palestina, no século XII, sem olvidar a referência à cruz que os peregrinos levavam e depunham no Monte Calvário.

No dizer do biógrafo, após esta experiência espiritual tão intensa, à chegada, alimentava o propósito de fazer uma terceira peregrinação a Jerusalém, mas desta vez sem regresso, a fim de acabar os seus dias junto do Sepulcro do Senhor ³².

Se esta intenção a que alude o biógrafo chegou a existir, foi logo alterada pelo ingresso no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, ao tempo em formação, como co-fundador e seu primeiro Prior.

2. 1. 2. 3. – Porquê insistir nos aspectos da segunda peregrinação?

Antes de continuarmos a exposição, é necessário esclarecer que a descrição da segunda peregrinação do presbítero Teotónio, que acabámos de apresentar, exige alguns comentários, começando pela observação de que se trata de uma descrição indirecta, feita pelo biógrafo anónimo, que tinha sido um dos seus discípulos no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. A riqueza dos seus pormenores revela bem a frequência e a intensidade espiritual com que D. Teotónio revisitava a sua experiência de peregrino e o vigor com que transmitia aos religiosos os profundos sentimentos vividos nos lugares santificados pela vida e Paixão de Cristo, nosso Redentor.

Para se compreender esta situação, recorde-se que, após o regresso da segunda peregrinação, Teotónio foi convidado pelo arcediogo D. Telo a entrar na comunidade de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, vulgarmente chamada

³¹ IDEM, *O. c.*, p. 119.

³² IDEM, *O. c.*, p. 119.

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que estava a organizar. Face à sua tendência contemplativa, conhecida desde Viseu, e bem expressa na descrição da sua vivência de peregrino nos Lugares Santos, não é difícil compreender a aceitação do convite que lhe foi dirigido pelo arcediogo D. Telo, seu antigo mestre, na escola capitular de Coimbra, que, entre 1104 e 1108, também tinha ido à Terra Santa, na companhia do bispo D. Maurício Burdino, pouco depois transferido para a Sé de Braga³³.

Segundo se deduz da *Vida de D. Telo*, da autoria de Pedro Alfarde, teria sido durante esta peregrinação que lhe surgiu a ideia da fundação da uma comunidade monástica, que teve de ser adiada, atendendo à falta de companheiros e de terreno para a implantação do novo mosteiro, circunstâncias agravadas pela transferência do bispo D. Maurício para Braga, que, possivelmente, já conhecia este projecto e de quem esperaria apoio, pelo que só viria a ser retomado mais de vinte anos depois, em 1131, com a de Santa Cruz de Coimbra³⁴

Tendo os dois principais fundadores deste mosteiro vivido, na Terra Santa, a forte experiência espiritual da vida, paixão e morte de Cristo, não admira que a convergência de tais sentimentos acabasse por marcar a linha de espiritualidade do novo mosteiro, nascido à sombra do ideal da Santa Cruz, que lhe deu o nome.

Aceite o convite, Teotónio entrou solenemente, não apenas com os doze inicialmente previstos por D. Telo, mas com setenta e dois companheiros³⁵ – número que, simbolicamente, evoca os discípulos de Cristo – na nova Ordem, criada sob o patrocínio de Santo Agostinho, em 24 de Fevereiro de 1132, sendo logo eleito, por unanimidade, seu primeiro prior³⁶, função que exerceu até à sua renúncia, em 1152, tendo continuado, no entanto, a dar apoio ao seu sucessor. E a marcar o mencionado ambiente solene e festivo, aí está a equiparação da tomada do hábito de religioso à cerimónia de investidura como cavaleiro de Cristo, registada nestes termos: - «no dia seis antes das calendas de Março³⁷, festa do Apóstolo S. Matias, uma quarta-feira, ao iniciar o jejum quaresmal, armaram-se eles com os votos de vida apostólica, acolhendo-se ao hábito e à regra de S.¹⁰ Agostinho»³⁸.

³³ A viagem terá decorrido entre 27 de Julho de 1104 e 20 de Maio de 1108, segundo CRUZ, António, “D. Teotónio, Prior de Santa Cruz. O Primeiro Cruzado e o Primeiro Santo de Portugal”, in *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX*, Coimbra, 1984, p. 32.

³⁴ ALFARDE, Pedro. “Vida de D. Telo”, in *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*. Edição crítica de Aires A. Nascimento, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 59.

³⁵ IDEM, *O. c.*, p. 63: - «Assim, o sacerdote de Deus, uma vez alcançada autorização para construir, reuniu companheiros e auxiliares de tão grande obra não já em número de doze, mas quase de setenta e dois», passando a enumerar os mais importantes: João Peculiar, Teotónio, Odório e Sesnando.

³⁶ COSTA, Pe. Avelino de Jesus da - *Teotónio (São)*, in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Verbo, vol. 17, cols. 1170-1171.

³⁷ Isto é: 24 de Fevereiro.

³⁸ Vida de D. Telo, in *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, Edição crítica de Aires A. Nascimento, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 63. Quanto à discussão acerca da Regra de S.¹⁰ Agostinho, além do que afirma Aires do Nascimento, veja-se também António Cruz na sua tese sobre *Santa Cruz de Coimbra*, pp. 37-48.

A esta data solene e festiva, seguir-se-iam as dificuldades inerentes à falta de instalações convenientes e à fase inicial da estruturação monástica, que lhes proporcionaria a vida de sacrifício, que a colocação do Mosteiro sob a designação da Santa Cruz bem anunciava, situações a que o novo Prior teria que dar resposta adequada, a fim de que a vida da comunidade prosseguisse dentro da indispensável normalidade.

2. 1. 3. – Contexto político e eclesial.

Além das funções do presbítero Teotónio como prior do Cabido e governador do bispado, vago, de Viseu, mencionámos as suas duas peregrinações à Terra Santa, seguidas do seu ingresso na comunidade monástica de Santa Cruz de Coimbra, mas não podemos deixar de recordar e esclarecer, embora brevemente, os principais aspectos da política interna e das relações inter-diocesanas do Condado Portucalense.

Após a morte do Conde D. Henrique, em Abril de 1112, a condessa D. Teresa assumiu, como lhe pertencia, o governo do Condado. Poucos anos depois, no segundo semestre de 1117, Afonso VII, na cúria régia, reunida em Sahagún, concedeu-lhe o título de *Rainha*, que só ele, como *Imperador Hispânico* lhe podia conceder³⁹, mas que, em última instância, não passava de um título honorífico, sem correspondência prática, efectiva, na realidade quotidiana. Por essa altura, porém, já era notória a influência galega dos Travas de Límia, na Corte condal portuguesa, com profundo desagrado junto dos nobres portucalenses, que tentavam subtrair o Infante D. Afonso Henriques à funesta influência galega, personificada em Fernão Peres de Trava, cuja ligação a D. Teresa, preocupava as pessoas mais responsáveis e influentes na esfera política, mas também o próprio governador do bispado.

Na sua acção pastoral, Teotónio falava abertamente contra «*os devassos, adúlteros e outros mal comportados*», que, ou se emendavam ou desapareciam da sua presença. Assim aconteceu com a rainha D. Teresa e o amante, Fernão Peres de Trava, que tendo entrado na igreja de Viseu, quando o Prior estava a pregar e saíram, rapidamente, corados e envergonhados.

Entre os membros da nobreza portucalense, emergia D. Paio Mendes – da família dos Mendes da Maia –, que, a partir de 1118, ocuparia o sólio arquiepiscopal de Braga, vago pela deposição do arcebispo Maurício Burdino, por ter anuído a ser elevado pelo imperador Henrique V a *antipapa*, com o nome

³⁹ SOARES, Torquato de Sousa, *Formação do Estado Português (1096-1179)*, Trofa, Livraria Editora / Só Livros de Portugal, 1989, pp. 139-140, Referido por MARQUES, José, *A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio*, in *Bracara Augusta*, Braga, vol. LI, 2003, p.19.

de Gregório VIII, comprometendo, assim, a causa de Braga e do Condado Portucalense.

A sua manifesta oposição ao rumo político seguido por D. Teresa e seus conselheiros mereceu-lhe o exílio em Zamora, tendo levado na sua comitiva o Infante D. Afonso Henriques, que, depois da vigília ritual, na manhã de 14 de Maio de 1122, dia de Pentecostes, com quase catorze anos, se armaria cavaleiro na catedral⁴⁰, numa atitude de verdadeira réplica ao que, anos antes, o primo Afonso VII tinha feito, em Santiago de Compostela.

Este gesto simbólico abrigava um forte sentimento de oposição à ingerência galega no governo do Condado Portucalense, continuando o arcebispo D. Paio Mendes a ser o conselheiro e protector do jovem Infante, cada vez mais activo na acção aglutinante do sentimento de autonomia portucalense, que encontrou a máxima expressão na carta de 27 de Maio de 1128⁴¹, dirigida ao arcebispo, solicitando-lhe apoio militar para a próxima acção militar, que teria o seu desfecho na Batalha de S. Mamede, de 24 de Junho seguinte, nos arredores de Guimarães.

Dos numerosos comentários que se podem fazer a partir dessa famosa carta, que alguns autores designaram como a *carta de fundação de Portugal*, emerge a decisão do jovem Infante de assumir o poder, assegurando ao Arcebispo que, uma vez no governo terra ou Condado portucalense, lhe daria um conjunto de privilégios, que passa a enumerar – nomeadamente, o alargamento do couto, o cargo da chancelaria (*scribaniam*), etc. –, contando-se, entre eles, à semelhança do que, Afonso VI tinha outorgado a Santiago de Compostela, a faculdade de cunhar moeda⁴², não havendo, no entanto, qualquer vestígio de, alguma vez, ter sido posto em prática.

Na sequência da batalha de S. Mamede, D. Teresa e os agentes da influência galega foram afastados do governo do Condado, e, em 1130-1131, D. Afonso Henriques transferiu a Corte de Guimarães para Coimbra, a fim de, a partir daí, prosseguir a acção aglutinadora da nobreza e das populações do sul do

⁴⁰ SOARES, Torquato de Sousa, *Formação de Portugal (1096-1179)*, Trofa, Só Livros de Portugal, pp. 166-167. A *Chronica Gothorum* refere o facto nestes termos: - «*Infans inclytus Donnus Alfonsus Comitis Henrici et Regine D. Tarasie filius, D. Alfonsis nepos, habens etatis annos fere quatuordecim apud sedem Zamoremsem, ab altario Sancti Salvatoris ipse sibi manu propria sumpsit militaria arma ab altari, et ibidem ante altari inductus est et accinctus militaribus armis, sicut moris est Regibus facere in die Sancto Pentecostes*».

⁴¹ ADB, *Gav. de Braga*, n.º 5. Publ. in *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios (DMP-DR.)*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, pp. 111-112.

⁴² ADB, *Gav. de Braga*, n.º 5: *DMP. DR.*, vol. I, p. 112: - «*Et sicut avus meus rex Alfonsus dedit adiutorium ad ecclesiam Sancti Iacobi faciendam simili modo dono atque concedo Sancte Marie Bracarensi monetam unde fabricetur ecclesia*». ... - «*Insuper etiam dono tibi atque concedo in curia mea totum illud quod ad clericale officium pertinet scilicet capellaniam et scribaniam et cerera omnia que ad pontificis curam pertinente*».

Condado e mais facilmente organizar novas campanhas de reconquista para sul, rumo à linha do Tejo, que só ficaria a dominar, definitivamente, após a conquista de Lisboa, em 1147.

Note-se que, em 28 de Junho de 1131⁴³, foi lançada a primeira pedra e dava os primeiros passos a organização do mosteiro de Santa Cruz, projecto a que o P.^e Teotónio, regressado dos Lugares Santos, aderiu e aí professou, como acima se disse.

2. 2 – No Mosteiro de Santa Cruz

Com a entrada e tomada de hábito na comunidade monástica de Santa Cruz de Coimbra, aos 50 anos de idade (1082-1132), D. Teotónio iniciava a segunda fase de sua vida, que se prolongaria por mais trinta, até à morte, em 1162, com 80 anos, idade muito avançada para o século XII.

Apesar da referida vontade de passar o resto dos seus dias, em Jerusalém, junto do Santo Sepulcro, acabou por aceitar o convite de D. Telo para integrar a comunidade monástica de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, em formação, pois, ser-lhe-ia muito difícil declinar o convite do seu antigo mestre, na escola capitular de Coimbra, desde que aí tinha chegado, em 1092, na companhia de D. Crescónio, e com o qual, certamente, se tinha mantido em contacto, quer durante a continuação dos estudos em Viseu, quer ao longo dos anos em que presidiu ao cabido e ao governo desta diocese.

Encerrada esta longa deriva ou parêntesis, confrontamo-nos com o presbítero Teotónio, convidado por D. Telo⁴⁴, arcediogo do Cabido de Coimbra, para a nova comunidade monástica agostinha ou Mosteiro de Santa Cruz, de que passou a ser o primeiro prior, circunstância propícia à aproximação com o Infante e depois Rei D. Afonso Henriques. Embora o nosso objectivo seja homenagear S. Teotónio, convém frisar que Pedro Alfarde, na biografia de D. Telo, o apresenta como o primeiro fundador de Santa Cruz⁴⁵.

2. 2. 1. – Contexto cultural e político

⁴³ NASCIMENTO, A, A, *Vida de S. Teotónio*, Lisboa, 2013, pp. 124-125:- «no dia quatro antes das calendas de Julho, na vigília dos Apóstolos Pedro e Paulo», isto é, 28 de Junho – de 1131, porque, de imediato, afirma que a profissão ou tomada de hábito teve lugar no dia 24 de Fevereiro seguinte (1132).

⁴⁴ Embora o nosso objectivo seja homenagear S. Teotónio, convém frisar que Pedro Alfarde, no prólogo da biografia de D. Telo, redigida imediatamente a seguir à sua morte, em 1136, certamente, sob o olhar atento de S. Teotónio, referindo-se ao Mosteiro de Santa Cruz, declara *ter «sido fundado por Telo, arcediogo venerável e prudentíssimo da mesma cidade»* (NASCIMENTO, *Vida de S. Teotónio*, 2013, p. 61).

⁴⁵ Ver nota 44, *sub fine*.

Também aqui não deveremos esquecer o contexto cultural e político que precede e envolve esta decisão de D. Teotónio.

Antes de mais, a nova situação política do Condado Portucalense, governado pelo Infante D. Afonso Henriques, desde a batalha de S. Mamede, com o imediato afastamento de sua mãe, D. Teresa, e da presença dos Travas, que, na esfera eclesiástica conimbricense, tinha neutralizado a perspectiva da nomeação arcediogo D. Telo para bispo de Coimbra, preterido pela escolha do deão de Braga, Bernardo, opção a que não terá sido estranha a intervenção do arcebispo D. Paio Mendes, conselheiro do Infante D. Afonso Henriques, e seu incondicional apoiante na fase preparatória e nos acontecimentos de S. Mamede (24.06.1128), como a documentação revela, e noutros momentos, como na assinatura do tratado de Tui, de 4 de Julho de 1137⁴⁶.

Culturalmente, não deveremos perder de vista, que, desde o último quartel do século XI, se tinha operado uma profunda alteração no panorama monástico do território peninsular que viria a coincidir com a criação do Condado Portucalense – núcleo primitivo do Portugal nascente – e com a adesão de numerosos mosteiros autóctones ou de tradição visigótica à *Regra Beneditina*.

A opção de D. Telo e dos seus companheiros pela *Regra de Santo Agostinho*, colocava-lhes sérios problemas, porque, além de não se tratar de uma regra articulada⁴⁷, comparável à de S. Bento, entre nós não havia tradição da sua observância. Sabemos que, em tempos bastante anteriores, já através da Europa, por ela se regiam colegiadas e outras comunidades de clérigos, mas, no Condado Portucalense, não havia qualquer exemplo que lhe pudesse servir de referência.

Além disso, nos primeiros tempos, as relações entre o Cabido de Coimbra com o recém-fundado Mosteiro de Santa Cruz não foram pacíficos, tendo D. Telo – de acordo com o prior D. Teotónio – sentido necessidade de se dirigir a Pisa, onde o Papa se encontrava, no intuito de obter uma decisão definitiva sobre a matéria em litígio, que viria a traduzir-se na isenção deste novo mosteiro da jurisdição episcopal de Coimbra, privilégio que o papa Inocêncio II lhe concedeu pela bula *Desiderium quod*, de 26 de Maio de 1135⁴⁸.

Nesta viagem, datada de 1135, ao passar no sul de França, teve a preocupação de entrar em contacto com o mosteiro agostinho de S. Rufo de

⁴⁶ D. M. P. *Documentos Régios*, vol. I, p. 194: - «*Hoc placitum fuit factum in presentia domni Pelagii Bracarenensis archiepiscopi*».

⁴⁷ Sobre a complexidade deste tema e a sua evolução, veja-se: *Sub Regula Beati Augustini e O modelo apostólico da vida canonical*, de A. Nascimento, in *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 31- 48.

⁴⁸ CRUZ, António, *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*, pp. 18-19. *Vida de S. Teotónio*, p. 59.

Avinhão, fundado no século XI, onde deixou um dos seus companheiros, D. Domingos, a fim de copiar textos considerados indispensáveis para o trabalho de organização, que em Coimbra começava a consolidar-se.

As dificuldades com o Cabido coimbrão deviam subsistir, pois, quando em 1139, D. João Peculiar, transferido da diocese do Porto para a arquidiocese de Braga, foi a Roma para ser confirmado como arcebispo e receber o pálio, D. Teotónio enviou com ele o presbítero Pedro Salomão e o seu companheiro Mendo, com a missão de alcançarem do mesmo romano pontífice a confirmação dos privilégios anteriormente concedidos e cartas de recomendação para que o bispo, o rei e os fiéis conimbricenses lhes respeitassem, como ficou expresso nas bulas *Ex divine legis* e *Donorum principium*, datadas de 28 de Abril de 1139⁴⁹.

2. 2. 2. – A proximidade da Corte de D. Afonso Henriques

A transferência da Corte do Infante D. Afonso Henriques para Coimbra (1131), além de lhe facilitar as incursões militares para sul, rumo ao Tejo, permitiu-lhe um relacionamento mais frequente e intenso com o Prior de Santa Cruz, que passou a ser o seu principal conselheiro e confidente. Sabemos que, durante toda a sua vida, os arcebispos D. Paio Mendes e, depois, D. João Peculiar, foram incondicionais auxiliares do Infante D. Afonso Henriques e, depois, primeiro rei de Portugal, que, paralelamente, encontrava o conselho esclarecido e apoio espiritual em D. Teotónio, cujo ascendente sobre ele ficou bem expresso na sua intervenção a favor de elevado número de prisioneiros moçárabes, conduzidos para Coimbra, que o monarca acabou por restituir à liberdade⁵⁰.

Além disso, sabe-se que por ocasião do assalto a Santarém, D. Teotónio foi o primeiro a saber do objectivo da expedição, tendo permanecido em oração durante a sua concretização⁵¹.

Mas D. Teotónio, durante os trinta anos da sua vida monástica e, sobretudo, enquanto exerceu as funções de Prior, a que renunciou, em 1152 – continuando, no entanto, ao lado do seu sucessor –, pôde contar também com a colaboração de D. João Peculiar, seu antigo companheiro na fundação de Santa Cruz, que, depois, como arcebispo, tomou algumas atitudes que lhe mereceram forte oposição conimbricense, bastando recordar as ordenações sacerdotais celebradas sem licença do Ordinário do lugar, na igreja de S. Tiago, e, duas

⁴⁹ COSTA. Avelino de Jesus da, D. João Peculiar co-fundador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Bispo do Porto e Arcebispo de Braga, in *Santa Cruz de Coimbra: do século XI ao século XX. Estudos...*, 1984, p. 60.

⁵⁰ *Vida de S. Teotónio*, p. 137.

⁵¹ *Vida de S. Teotónio*, p. 150-151.

vezes, na igreja de Santa Cruz, o mesmo tendo acontecido com a sagração do altar-mor de Santa Cruz, tendo voltado a Coimbra, como metropolita, para a sagração de D. João de Anaia.

Procurando abreviar, recordemos a sua morte em 24 de Fevereiro de 1162 e a canonização, precisamente, na passagem do primeiro aniversário do falecimento (24.02.1163), por D. João Peculiar, que, para o efeito, reuniu, em Coimbra, um sínodo com os bispos sufragâneos.

O biógrafo anónimo registou numerosos “milagres” e graças, que justificaram a sua canonização, permitindo ao arcebispo de Braga, D. João Peculiar, seu colaborador na fundação do mosteiro, em que ambos viveram durante alguns anos, proclamá-lo, com grande júbilo, como o primeiro santo português.

Acompanhámos, a traços rápidos, a vida de S. Teotónio, procurando situá-la nas realidades políticas e sócio-administrativas eclesiais e diocesanas do Condado Portucalense – com particular incidência, nas de Coimbra e Viseu –, mas, de acordo com o título desta intervenção, impõe-se, ainda, responder à seguinte pergunta:

3 – E os aspectos culturais?

3. 1. – A escrita e o *scriptorium*

Como observámos de início, apesar de privilegiarmos os aspectos biográfico de S. Teotónio, considerados mais relevantes, inserindo-os nos contextos históricos, sociais e religiosos do seu tempo (1082-1162), não podemos deixar sem referência a marca por ele impressa no plano cultural, mais erudito, legado pelo poder da escrita, que, no seu tempo, passava por uma profunda transformação.

Para documentar esta afirmação, bastaria uma rápida apreciação sobre a progressiva evolução da escrita visigótica cursiva e librária para a escrita francesa ou carolina⁵², desde o terceiro quartel do século XI, impulsionada pela prática constante dos religiosos beneditinos, pelos livros da liturgia romana e dos frequentes contactos com centros culturais do sul da França, nomeadamente, os mosteiros de S. Rufo de Avinhão e o de Moissac, sendo o melhor testemunho da influência deste mosteiro beneditino, o *Missal de Mateus* – fonte imprescindível

⁵² Sobre esta problemática veja-se SANTOS, Maria José Azevedo, *Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172. (Aspectos técnicos e culturais)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian –JNICT, 1994.

para o estudo da liturgia bracarense –, aí copiado, entre 1130 e 1150, como demonstrou o Prof. Doutor P.^o Joaquim Oliveira Bragança⁵³.

Não se conhece nenhuma obra que se possa atribuir a D. Teotónio, mas não faltam elementos comprovativos da sua ligação à documentação escrita, desde os tempos de Prior do Cabido e governador da diocese de Viseu – funções em que foi investido antes de 21 de Julho de 1110⁵⁴ –, como se demonstra pelos documentos n.^{os} 10 e 12 do *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*, respectivamente, de Setembro de 1110⁵⁵ e Agosto de 1111⁵⁶, em que confirma, nos dois casos, como *prior* da igreja de Santa Maria de Viseu

Mas esta realidade cultural acentuou-se com a fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde, à semelhança do que tinha acontecido com a criação dos cabidos das recém-restauradas diocese de Braga, Coimbra, Porto e Viseu, era fundamental a existência do *scriptorium* ou, se preferirmos, em termos actuais – *oficina da escrita* –, indispensável para a preparação de textos de natureza diversa, para o ensino da escrita e, sobretudo, da leitura aos alunos, tendo em vista o canto litúrgico, e a produção e cópia de obras necessárias para a *livraria de mão*, em ordem à formação dos candidatos ao sacerdócio.

3. 2. – Níveis de produção

Sabemos, actualmente, que o trabalho do *scriptorium* conimbricense foi progredindo e evoluindo, como revelam algumas obras destinadas à conservação e transmissão da memória de certos acontecimentos, marcando também as respectivas forma e estrutura, bastando citar os:

- *Annales Portucalenses Veteres*⁵⁷, essencialmente constituídos pela data, apresentada segundo a Era romana, e a menção sintética do acontecimento, cuja memória se pretende perpetuar, como de imediato se exemplifica: – *In Era CCC.^a X^{L.a} [VI]III.^a Egressi sunt goti de terra sua*, assinalando, assim, o início

⁵³ *Missal de Mateus*. Manuscrito 1000 d Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga. Introdução, leitura e notas de Joaquim Oliveira Bragança. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, p. X.

⁵⁴ CRUZ, António, D. Teotónio, Prior de Santa Cruz. O primeiro cruzado e o primeiro Santo de Portugal, in *Santa Cruz de Coimbra : do século XI ao século XX. Estudos no IX Centenário do Nascimento de S. Teotónio- 1082-1982*, Coimbra, 1984, p. 41. Em abono desta afirmação, o Autor invoca o facto de, nessa data, o nosso homenageado subscrever a confirmação do couto da Sé de Viseu, feita pelo Conde D. Henrique, nestes termos: «*Theodonus prior*» (DMP. I. DR., p. 26).

⁵⁵ VENTURA, Leontina – MATOS, João da Cunha, *Diplomatário da Sé de Viseu (1078 – 1278)*, Coimbra, 2010, p. 78: -«*Ego Te[o]tonius prior supradicta ecclesia manum meam confirmo*».

⁵⁶ VENTURA, Leontina – MATOS, João da Cunha, *O. c.*, p. 80: - «*Tedonius prior, conf.* ».

⁵⁷ *Anais, Crónicas e Memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Textos publicados com uma introdução por António Cruz, Porto, Biblioteca Pública, 1968, p. 27-28. Edição mais extensa, em CRUZ, António, *Santa Cruz de Coimbra...*, pp.303-316,

da movimentação dos bárbaros do Oriente no sentido e com o objectivo de invadirem o Ocidente, essencialmente configurado no vasto Império Romano.

Este género de produção prossegue no *Livro das Eras*⁵⁸.

Um pouco mais evoluídos eram os *Registos Analísticos Vários*⁵⁹, como se pode verificar pela recordação de que, na *Era M.^a C.^a LX^{La} III.^a pridie nonas decembris* (4 de Dezembro de 1155), compareceu, no Mosteiro de Santa Cruz, D. Gonçalo de Sousa, acompanhado por alguns nobres da confiança de D. Afonso Henriques, com a missão de contarem o dinheiro do monarca aí guardado, no total de 25.000 maravedis, quantia que o responsável por esta delegação levou consigo. Por este registo sabemos que, entre outros, também esteve presente o monge D. João Teotónio, que viria a ser o segundo prior deste mosteiro.

Ao contrário do que acontece no *Diplomatário de Viseu*, o nome de D. Teotónio é mais frequente no *Livro Santo de Santa Cruz*⁶⁰, iniciado em 1155, – quarenta e quatro anos depois do último documento viseense acima referido –, quando o Mosteiro de Santa Cruz já contava vinte e quatro anos de existência.

Trata-se do primeiro cartulário do Mosteiro de Santa Cruz, onde foram copiados por Pedro Alfarde, numerosos documentos, que andavam dispersos em folhas avulsas de pergaminho, pretendendo, assim, evitar o seu eventual extravio. Pedro Alfarde era já um escriba experiente, pois, além dos numerosos documentos escritos, averbava no seu *curriculum* ao serviço deste Mosteiro, o mérito de ter redigido a *Vida de D. Telo*, o principal fundador deste mosteiro, falecido em Setembro de 1136.

O segundo códice desta *livraria de mão* é o conhecido sob o título de *Livro de D. João Teotónio*, cartulário que consagra o nome do segundo prior de Santa Cruz, que o mandou organizar neste *scriptorium* crúzio, em 1167⁶¹.

Na produção escrita de Santa Cruz, figuram também as *Vidas*⁶² ou biografias aí elaboradas, impondo-se, no século XII:

- a *Vida de D. Telo*, redigida por Pedro Alfarde, após a sua morte. em 1136, como acima se referiu, seguindo-se-lhe

⁵⁸ *Anais, Crónicas e Memórias avulsas...*, pp. 69-80.

⁵⁹ *O. c.*, pp.29-30. Sobre as *Fontes Analísticas*, ver, sobretudo, CRUZ, António, *Santa Cruz de Coimbra...*, pp. 264 e seguintes.

⁶⁰ *Livro Santo*, Leontina Ventura – Ana Santiago Faria, editoras, Coimbra, INIC- CHSCUC, 1990.

⁶¹ CRUZ, António, *Santa Cruz de Coimbra*, p. 74.

⁶² As *Vidas* que a seguir se referem estão publicadas na *Hagiografia de Santa Cruz*, por Aires do Nascimento, Lisboa, Ed. Colibri, 1998. Além desta edição conjunta, o mesmo autor realizou também uma edição crítica autónoma da *Vida de São Teotónio*, datada de 2013, que temos vindo a referir.

- a *Vida de D. Teotónio*, da autoria de um discípulo anónimo, logo a seguir ao seu falecimento, em 1162.

Os objectivos inerentes à função do *scriptorium* implicavam também a cópia dos livros necessários para várias funções, podendo, por isso, ter afectos diversos escribas, que iriam acompanhando a natural evolução da escrita e contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

Actualmente, além de conhecermos a primitiva *livraria de mão* de Santa Cruz de Coimbra, mercê, essencialmente, dos estudos do Prof. António Cruz, que, na sua tese de doutoramento *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média*⁶³, nos proporcionou a lista destes escribas, a partir de 1155, sendo o primeiro o já conhecido Pedro Alfarde, responsável pela preparação do *Livro Santo*. No vasto estudo dedicado aos escribas crúzios, o Autor não omitiu, como se impunha, as referências às principais características das respectivas escritas, abundando, como era previsível, para a segunda metade do século XII, as alusões à escrita ou letra *carolina*, por vezes acusando uma certa elevação, denunciadora da tendência evolutiva para a letra *gótica*, que se consolidaria na *gótica libraria*.

A série prossegue até ao fim do século, indicando os títulos e a natureza das obras, onde não faltam as de carácter litúrgico, como o *Missal*,⁶⁴ estudado pela investigadora francesa Solange Corbin – que tanto divulgou a música medieval portuguesa⁶⁵; a cópia dos *Onze Livros de História Eclesiástica de Eusébio*⁶⁶. Aí aparece também o *Tratado de Aurélio Agostinho sobre o Evangelho de S. João*⁶⁷, copiado em 1223; o *Livro das antiguidades de José*⁶⁸, copiado pelo escriba Martinho, um pouco mais tarde, em 1237; etc.

A diversidade de títulos, a adaptação dos escribas à evolução das escritas que procuravam acompanhar, ao longo do tempo, a generalizada simplicidade da decoração e o carácter utilitário das obras copiadas ou, eventualmente, adquiridas, permitem uma visão da cultura monástica de Santa Cruz, que, dentro da sua especificidade científica, não descarta a dimensão prática.

⁶³ Para o conhecimento técnico desta *livraria de mão*, veja-se o *Catálogo dos códices de livraria de mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Municipal do Porto*, Coordenação de Aires Augusto Nascimento e José Francisco Meirinhos, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 997.

⁶⁴ CRUZ, A., *O.c.*, p. 95.

⁶⁵ CORBAIN, Solange, *Essai sur la musique religieuse portugaise au Moyen Age (1000-1385)*, Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1952, p. 189.

⁶⁶ CRUZ, A., *O.c.*, p. 103: - *Undecim libros Historiae Ecclesiasticae Eusebii Pamphili Rufino Presbitere interprete*.

⁶⁷ CRUZ, A., *O.c.*, p. 104: - *Tractatus Aurelii Augustini in Evangelio Sancti Iohannis*.

⁶⁸ CRUZ, A., *O.c.*, p. 106: - *Incipit Liber Antiquitatis Iosaphi Historiographi*.

Ao longo destas observações, não perdemos de vista as afirmações iniciais, decorrentes do título: *S. Teotónio e a cultura do século XII*, podendo-se afirmar, agora, que, desde a sua estadia em Viseu, S. Teotónio não se alheou da dimensão cultural, associada à escrita, revelando os primeiros documentos a que aparece associado a sua solicitude pela correcta administração do património diocesano, preocupação prosseguida em Coimbra, com a organização do *Livro Santo*, a partir de 1155.

Com os livros que mandou copiar em S. Rufo de Avinhão, não só de natureza disciplinar para o bom ordenamento da vida comunitária, com relevo para o *Costumeiro*, mas também outros atinentes à Liturgia e Espiritualidade, a livraria de mão e a cultura de Santa Cruz de Coimbra, do tempo de S. Teotónio, caracteriza-se por uma dimensão internacional, que muito a valoriza.

4. – Conclusão

Centrámos a nossa atenção na biografia de S. Teotónio, originário do Alto-Minho, tendo chamado a atenção para diversos aspectos da política e da vida da Igreja, nos planos internacional e nacional, durante a sua longa vida de oitenta anos.

Não era possível pormenorizar mais os temas abordados, mas se tivermos conseguido alertar para a importância do conhecimento da História Medieval e para a necessidade de não a estudarmos em compartimentos estanques terá valido a pena o tempo que lhe consagramos.

A atenção dedicada à cultura careceria de maior desenvolvimento, esclarecendo, inclusive, que, se de S. Teotónio não temos notícia de obras que se lhe possam atribuir, é necessário sublinhar as suas preocupações culturais, patentes, não só na constituição do *scriptorium* e da *livraria de mão*, iniciada no seu tempo, mas também no dinamismo da expansão da Ordem que ajudou a fundar e dirigiu durante muito tempo.

Neste sentido, é indispensável não perder de vista os mosteiros dependentes de Santa Cruz, surgidos no século XII, que, além dos aspectos religiosos, económicos e sociais por eles promovidos a favor das populações circunvizinhas, se impuseram como importantes factores de difusão cultural.

Monção, 16 de Fevereiro de 2014.

José Marques